

## **Biocombustível sustentável já tem a sua "cartilha"**

*Bettina Barros*

Após meses de discussões, será divulgada hoje em Lausanne, na Suíça, a primeira minuta com critérios e padrões internacionais que deverão ser seguidos para a produção sustentável de biocombustível - aquele que não derruba florestas, nem contribui com as mudanças do clima e a escassez de alimentos no mundo.

O consenso, visto até pouco tempo como improvável, dado os interesses comerciais e econômicos antagônicos, foi alcançado por mais de 300 empresas, instituições acadêmicas, grupos ambientalistas e agências governamentais que compõem a chamada Mesa Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis (MRBS). O conselho diretor graúdo dá a dimensão da discussão entre eles estão Shell, Petrobras, British Petroleum, Bunge e Toyota, além das ONGs WWF e Amigos da Terra-Amazônia Brasileira.

A Mesa Redonda definiu 12 critérios que abrangem desde o uso da água e do solo, segurança alimentar e desenvolvimento social, até emissões de gases-estufa. Esses critérios ficarão em consulta pública por 90 dias, período no qual interessados no assunto poderão fazer comentários. A expectativa é que até o início do próximo ano a versão final do documento seja aprovada.

"Esta é a primeira pedra fundamental de um processo para garantir a sustentabilidade nos biocombustíveis", afirma Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, e porta-voz do grupo no país. Ele explica que os critérios não serão compulsórios. "A idéia é que eles ajudem a abrir mercados para produtores. É voluntário. Mas quem quiser ter biocombustível certificado, terá que passar por isso".

Como nos demais processos desse tipo (soja e óleo de palma também têm suas mesas redondas), as discussões iniciais que culminaram com o documento foram conflituosas. O ponto mais esperado pelos compradores resultou no terceiro critério, o das emissões dos gases de efeito estufa que superaquecem o planeta. "De todos os princípios, esse é o que mais se destaca", diz Smeraldi. "Isso", continua, "tem a ver com produtividade. Qual as culturas que necessitam mais fertilizantes derivados do petróleo? De que adianta ter um biocombustível que emite tanto ou mais carbono para ser produzido?". O critério, portanto, é claro: os biocombustíveis devem contribuir para a diminuição desses gases.

Outro ponto polêmico é o uso da terra, no histórico caminho do grão, que empurra o boi, que derruba a mata e acende alertas na Europa. Na última reunião do G-8, em julho, o assunto dominou os encontros. Na ocasião, a Comissão Européia cobrou do Brasil garantia de sustentabilidade do etanol e avisou que o país só avançaria em sua estratégia de transformar o etanol em commodity global se assumisse "comprometimentos concretos" no combate à mudança climática.

Formada há 18 meses, a Mesa Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis tinha como objetivo único responder a essas inquietações, criando padrões internacionais que norteassem os produtores. "Mas notamos que havia desequilíbrios", diz a francesa Geraldine Kutas, assessora internacional da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). "Não havia nenhum representante de produtores de países em desenvolvimento. Queríamos fazer sugestões a esses critérios. Temos necessidades diferentes".

Segundo ela, uma das ações da Unica, que aderiu ao grupo apenas em maio, foi lembrar que sustentabilidade significa também a viabilidade econômica. Diz o 11º critério: os projetos de biocombustível deverão implementar um plano de negócios que reflita o comprometimento com eficiência econômica.

O texto que será apresentado hoje é aceitável para os diversos "stakeholders", diz ela. Após sua aprovação, a Mesa Redonda decidirá se ampliará a atuação como certificadora de selos de sustentabilidade para biocombustíveis, a exemplo do que existe no setor madeireiro. Outra idéia é a criação de escritórios regionais para o desenvolvimento de índices específicos para as

realidades dos países. Os produtores terão um tempo - ainda não definido - para se adequar aos critérios.

---

Leia mais:

### **Indústrias descartam uso da mamona**

*Patrick Cruz*

A mamona, defendida pelo governo como alternativa ideal para a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção de biodiesel, ainda é descartada pela maioria absoluta das fabricantes do combustível. Em pesquisa apresentada ontem no Congresso Brasileiro de Agribusiness, da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), simplesmente nenhuma empresa declarou utilizar a matéria-prima.

"Sobre a mamona, existem duas certezas: que ela não serve como alimento e que não serve para o biodiesel", disse Marcello Brito, diretor comercial da Agropalma. "Ela pode se tornar uma boa alternativa no futuro, mas, no momento, não é. O governo é que tem insistido".

O estudo foi elaborado pela própria Agropalma como tentativa de fazer um retrato das ações de sustentabilidade no mercado de biodiesel, sobre as quais há poucas informações disponíveis, segundo Brito. O estudo acabou limitado pelo receio das companhias em revelar dados sobre suas operações. "Todos querem dados sobre o mercado, mas ninguém se dispõe a fornecê-los. Todo mundo quer ir para o céu, mas ninguém quer morrer", diz o diretor.

Das cerca de 40 empresas em operação no país, 18 dispuseram-se a participar, mas foram 11 as que enviaram suas respostas. Ainda que tenha sido um levantamento "por amostragem", diz ele, essas companhias foram responsáveis, respectivamente, por 47% e 32% do volume arrematado nos dois últimos leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Soja e sebo animal, isoladamente ou consorciadas, representaram 73% da matéria-prima utilizada pelas fabricantes entrevistadas - no mercado, estima-se que, sozinha, a soja responda por 90% da base de produção de biodiesel. "Fala-se do biodiesel como uma oportunidade de inclusão da agricultura familiar, mas quem na agricultura familiar produz soja ou sebo?", diz Brito. A Agropalma fabrica biodiesel a partir da palma, mas as vendas do combustível representam apenas 2% do faturamento da companhia, que foi de R\$ 395 milhões em 2007.

A mamona não foi excluída do mercado, mas sua baixa produtividade e produção concentrada na agricultura de pequena escala afastam as indústrias. A ANP considera a viscosidade da oleaginosa imprópria para a produção do combustível sem a adição do óleo de outras matérias-primas.

Entre as empresas entrevistadas na pesquisa, 22% têm faturamento de até R\$ 25 milhões. As de faturamento entre R\$ 100 milhões e R\$ 250 milhões representam 33% da amostra, e as de receita anual superior a R\$ 500 milhões são 45% do total.

Em ações de apuração da sustentabilidade das empresas, 55% informaram não ter estudos documentados sobre impacto das atividades sobre a água, o solo e as populações locais e 64% não dispõem de informações desses impactos sobre o solo ou a fauna.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 13 ago. 2008, Agronegócios, p. B14.**